

ISSN 0870-4147

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XXII



COIMBRA/1985

inexacta a afirmação de que só a partir de 1705 os espanhóis conheceram a riqueza pecuária da Vacaria do Mar (p. 62), pois não faltam documentos a contrariá-la ⁽²⁾. E, a propósito, seja-nos permitido lembrar que no nosso livro *A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha* teria o A. encontrado numerosos elementos sobre a produção e o comércio dos couros da Colónia do Sacramento nos fins do século xvii e princípios do século xviii (ver pp. 94-135 e apêndice documental).

A transcrição entre aspas de algumas linhas do parecer de D. Francisco Naper de Lencastre, de 10 de Janeiro de 1694 (pp. 148-149), pode dar ao leitor a ideia de que ela é feita *ipsis verbis*, quando, afinal, o texto está, em parte, condensado ⁽³⁾. Acrescenta-se que, nos documentos publicados em apêndice, escaparam alguns lapsos de leitura ou de revisão. Na página 177 encontramos «cavalheiro professor» por «cavaleiro professo»; na p. 194, l. 11 (2.^a col.), «manterem» por «matarem»; na mesma página, l. 18 (2.^a col.), «vacas» por «casas», e na l. 44 (2.^a col.), «de hoje» por «se haja». O parágrafo 4 da p. 195 é confuso, dando a impressão de haver algum salto de palavras. Mas tudo isto é insignificante numa obra cu jo valor não está em causa.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

W. TH. M. FRIJHOFF — *La société néerlandaise et ses gradués, 1575-1814 (Une recherche sérielle sur le statut des intellectuels à partir des registres universitaires)*. APA, Holland University Press, Amsterdam, 1981, xvii + 422 pp.

W. Th. M. Frijhoff aparece-nos ligado a um grupo de pesquisa do Centre de Recherches Historiques de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales que se propõe rever a problemática concernente ao estudo das Universidades Europeias na Época Moderna e que elabora, em 1978, publicando-o sob a assinatura de Roger Chartier

⁽²⁾ Cfr. *A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, 1973, p. 100 e nota 66.

⁽³⁾ Cfr. *ibidem*, p. 339.

e de Jacques Revel, um primeiro ponto da situação, «...résultat d'une réflexion et d'un travail collectifs» (1). Em colaboração com D. Julia publicara já um estudo sobre *École et Société dans la France de VAncien Régime* (2). A obra sobre que hoje nos debruçamos pode assim considerar-se como a materialização parcelar de um plano colectivo e a sequência de uma linha de investigação anteriormente encetada. Ela pretende, neste contexto, responder a algumas questões colocadas logo na *Introdução*: qual o estatuto dos diplomados e qual a função do diploma (coroamento de um ciclo de estudos ou símbolo da aquisição de valores sociais como o prestígio e o emprego?). A quem servia o ensino? Era ou não uma via aberta às carreiras profissionais? É visível que, de imediato, se perspectiva o estudo da Universidade (e da educação em geral) na sua complexa relação com a Sociedade que a gera e dela se serve, uma vez que «peu à peu la conviction s'est imposée (...) que dans la réussite personnelle et professionnelle d'un individu l'intelligence n'est seule en cause, mais qu'un ensemble de facteurs d'ordre biologique, social, économique ou même politique concourent à façonner le niveau de ses aptitudes et de ses possibilités de réussite» (p. 4). Mas não é esta a única perspectiva adoptada: revelando a intenção de «fournir ici une première approche du fonctionnement social de l'enseignement supérieur sur le long terme» (p. 5), Frijhoff confessa alinhar entre os historiadores que postulam que «le 'fait' historique n'est jamais totalement donné, mais s'élabore dans un ensemble de coordonnées qu'il s'agit presque toujours de retrouver» (p. 4), o que conduz à necessidade da elaboração do material de base, utilizando o quantitativo — tão legítimo em história social como em história económica — principalmente sob a forma de séries quantificadas ou quantificáveis de carácter diacrónico. É possível assim juntar aos temas clássicos da história das Universidades (de raiz marcadamente institucional e intelectual) abordagens novas, que o cruzamento de séries de informações de vária proveniência (matrículas, dados demográficos e fiscais, carreiras dos antigos estudan-

(*) Chartier, Roger e Revel, Jacques, «Université et Société dans l'Europe Moderne: position des problèmes», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome xxv, juillet-septembre, 1978, pp. 353 e 374.

(2) *Cahiers des Annales*, n.º 35, Paris, 1975.

tes, estratificação socioprofissional...) torna possível por meio da elaboração de biografias colectivas codificadas, as prosopografias : a atenção desloca-se da instituição isolada para a sua articulação com a sociedade global e do percurso notável ou excepcional de alguns indivíduos para os destinos, comportamentos e perspectivas de carreira do conjunto dos graduados.

A economia deste estudo obedece assim a uma tripartição temática coerente com os pressupostos enunciados.

A primeira parte traça o quadro espacial e temporal e descreve igualmente as estruturas universitárias. O espaço são as Províncias Unidas na sua acepção mais ampla; a duração é definida em função das estruturas universitárias: um período de 240 anos (1574-1814) caracterizado pela identidade formal daquelas, apesar da sua lenta erosão e de algumas tentativas de reforma : daí a atenção ao seu evoluir, apesar das permanências observadas. As universidades, as únicas instituições dotadas com o *ius promovendi* no espaço neerlandês, coexistem com outros níveis de ensino (cadeiras privadas de teologia, direito ou medicina; instituições superiores, tais como seminários teológicos de diversas confissões religiosas; escolas ilustres, ateneus, ginásios académicos) cuja génese se compreende num contexto de ausência de poder central que pudesse impor uma organização estrita dos estudos superiores, permitindo assim o surto de uma rede de ensino polimorfa que se moldava de forma essencialmente pragmática. É exactamente a simbiose entre os sistemas conceptualizantes e as ciências aplicadas, simbiose em constante procura de equilíbrio que apenas se rompe já no século xviii, que constitui a opção educativa de base da sociedade neerlandesa e que torna as suas universidades locais privilegiados de pesquisa científica e a função professoral dotada de um prestígio grande e constante. O *ius promovendi* chama a atenção para a concessão dos graus e para outros aspectos deste sistema educativo: antes de mais, a *peregrinatio académica* que leva os jovens neerlandeses às universidades alemãs, italianas e depois sobretudo francesas; depois, a dissociação que muitas vezes existe entre a aquisição de um grau e a frequência universitária: aquele é procurado como símbolo de um certo valor social, marca de finalização de um curso universitário (ou de uma *peregrinatio*, ou duma iniciação mundana) dando direito a vantagens e privilégios e permitindo o exercício de cer-

tas funções. Só o confronto das matrículas nos pode permitir referenciar os *veri studiosi*; para estes a duração da frequência universitária seria, em média, de 2, 3 anos com ligeira tendência ao alongamento no século XVIII. A aquisição de um grau é, dado o seu custo oficial e as despesas anexas que implica (entre as quais se salientam a impressão da tese e o *prandium doctorale*) um investimento que pressupõe um limiar mínimo de rendimento familiar (350-400 florins/ano nos princípios do século XVII, 500 florins/ano nos finais do século XVIII) só possível de atingir por uma gama de estratos sociais urbanos: o patriciado e a nobreza, os financeiros, as camadas superiores das profissões intelectuais e certos sectores privilegiados das profissões liberais, do comércio e do artesanato. A contrapartida desse investimento era uma certa estima social, manifesta no título académico e nalguns privilégios, e a possibilidade de promoção, cujas etapas, contudo, se medem por gerações. Dos graus conferidos é o de doutor o mais frequente, tendo os outros (bacharel, licenciado) caído em desuso. A sua validade, quando concedido por qualquer das universidades das Províncias Unidas, é reconhecida em todo o território; bem aceites são também os graduados em universidades estrangeiras neste espaço caracterizado pela importação cultural e pela tolerância religiosa.

Na segunda parte o A. propõe-se fazer um estudo serial — quer dizer, baseado em séries homogéneas que permitam a detecção dos erros e lacunas — do número de graduados, da sua origem geográfica, das disciplinas escolhidas, da sua distribuição por grupos sociais e profissionais. Vai utilizar, para isso, fundamentalmente, os registos de graduações, já publicados para cinco universidades neerlandesas, mas que, sobretudo para algumas universidades francesas, teve de recolher em primeira mão. O primeiro resultado é uma curva de dados brutos de todos os graus obtidos nas Províncias Unidas, incluindo os obtidos por estrangeiros: o máximo, após um crescimento quase contínuo a partir de 1580, é atingido em 1690-1694 (média de 177 graduados por ano). Mas a curva geral esconde movimentos divergentes que são analisados posteriormente. A consideração dos estrangeiros, isoladamente, leva a concluir que, no século XVII, mais do que no século XVIII, mas, de qualquer maneira, durante todo o período considerado, «la République jouait bel et bien le rôle d'une des

principales réserves de création et de références culturelles de l'Europe du Nord et du Nord-Ouest» (p. 100). O fenómeno era particularmente sensível ao nível da Medicina, a principal faculdade frequentada por estrangeiros, devido a uma tradição de qualidade de ensino e ao carisma de certos professores nomeadamente Boerhaave. A atenção volta-se, a partir daqui para os graduados neerlandeses: observa-se o forte poder de atracção de Leyde sobre todo o território enquanto as universidades das outras províncias se confinam ao seu espaço regional; depois, tendo em conta o contributo das universidades estrangeiras, o A. desenha uma curva corrigida da totalidade dos graduados originários das Províncias Unidas, fosse qual fosse o lugar da sua promoção, observa os ritmos conjunturais (descolagem rápida, máximo em 1675-1679, depois um ciclo longo com um novo ponto alto em 1760-1765). A sugestão de paralelismo com os ciclos de Kondratieff leva-o a tentar a correlação com os ciclos económicos (a procura de graduados seria função da conjuntura económica) que se revela, apesar de alguns artificios engenhosos, relativamente infecunda. O resto desta secção é ocupado por análises sectoriais : a diferente evolução regional (o surto do século xvii inscreve-se no sucesso mercantil das províncias marítimas ocidentais, a recuperação do século xviii é concomitante com o florescer agrícola das províncias interiores); a dominância, que se acentua com o tempo, dos graus de Direito sobre os de Medicina (3,09 vezes mais no século xvii, 4,12 vezes mais no século xviii); o papel das cidades, cuja hierarquia sociocultural, medida pelo número dos seus graduados, sofre numerosos reajustamentos, invertendo-se, no século xviii, a favor das cidades interiores acompanhadas pelos seus espaços regionais. Resultado destes movimentos sectoriais é, para Frijhoff, a lenta constituição, ao longo do século xviii, «—d un espace intellectuel commun — 'national' si l'on veut — entre les différentes Provinces de la République» (p. 153).

É na terceira parte que o A. directamente aborda a presença dos intelectuais na sociedade neerlandesa. Tal consideração passa pela avaliação do seu quantitativo relativamente à população total (um graduado entre noventa jovens na classe de idade de 23 anos) e detém-se na observação de alguns grupos específicos: os notáveis (os graduados representam 51,9 % dos 474 notáveis que votam a Constituição em 1814), os deputados, os conselhos

urbanos — alfobre de um patriciado no interior do qual, através das gerações, se transmite um capital cultural simbolizado nos graus jurídicos e donde são excluídos progressivamente as profissões produtivas e mesmo os médicos. Do mesmo modo, as funções públicas são apanágio deste grupo restrito e o acesso a elas pressupõe a pertença a um clã ou clientela, assim como a riqueza suficiente para constituir o depósito de garantia exigido para o seu exercício. É por isso, e porque representam um espaço mais declaradamente aberto aos jogos da oferta e da procura, que uma atenção particular é prestada às profissões liberais: médicos, advogados e mais sumariamente pastores e professores. A densidade médica é grande (estabiliza, na segunda metade do século xviii em um médico para cerca de três mil habitantes, tendo atingido, antes, níveis mais elevados). Mas, a julgar pelo Registo do *Collegium Medicum* de Amsterdão, uma percentagem notável de médicos não exerce a sua profissão específica, derivando para o ensino (aos níveis primário e secundário) e para o múnus de Pastor, assim como para o cultivo das ciências experimentais. Por seu lado, a profissão de advogado revela-se como uma antecâmara de reconversões profissionais prestigiantes: peça fundamental no processo de 'aculturação' jurídica e administrativa na fase de transição que se sucede à independência, o graduado em direito, passado o período de 1650-1674, tem de optar ou pela especialização profissional, de que as linhagens de advogado são indicador incontroverso, ou pela tentativa de aceder aos cargos públicos, grandemente facilitada se se nasceu no 'lugar certo'.

É impossível resumir num curto espaço a grande densidade de conteúdo desta obra, a exigir uma leitura atenta e concentrada: o que atrás ficou dito foram apenas alguns dos aspectos que mais nos feriram a atenção. Seja-nos permitido, contudo, apontar brevemente algumas das suas características.

Antes de mais, o cuidado e o rigor colocados na elaboração quantitativa : as fontes de informação *— quer se trate de séries completas ou de amostras — são claramente referenciadas e criticadas ; os critérios que presidem aos cálculos pormenorizadamente explanados. Não menos digno de referência é o cuidado analítico numa procura constante de contrastar espaços (o que leva Frijhoff a pôr em causa o 'holandocentrismo' que, se pode ser defensável do ponto de vista económico e das ideias políticas, o é menos numa

perspectiva sociocultural), de matizar a evolução conjuntural, de pôr em evidência a complexidade de situações à primeira vista lineares. É contudo a perspectiva geral deste estudo que, quanto a nós, constitui um dos seus maiores pontos de interesse: ao colocar-se numa linha de fronteira entre a Universidade e a Sociedade o A. rejeita (afirma-o na *Conclusão*) uma história teleológica que conceberia o evoluir da instrução e da erudição de forma necessária e linear. As noções de expansão e de declínio são assim relativizadas : busca-se mais descobrir a adequação funcional da Universidade à Sociedade, os condicionamentos sociais do imobilismo ou da inovação, do que proferir um juízo valorativo cujo ponto de referência seria sempre necessariamente um conceito ideal (ou idealizado) e modelar da primeira. Perspectiva rica de consequências — a obra de Frijhoff mostra-o — e que seria possível e útil aplicar noutros estudos.

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA

MANUEL DE PAIVA BOLÉO — *A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil (Problemas de colonização e povoamento)*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. xvm. Coimbra, 1983. 56 pp.

Desde há algumas décadas que o Autor deste opúsculo se interessa pelo estudo comparativo do idioma português falado no Continente europeu, nos Açores e no Brasil. Ao examinar com especial atenção, em 1943, os problemas suscitados pelos *brasileirismos*, reais ou supostos, verificou «existirem semelhanças flagrantes entre a linguagem dos Açores e a de alguns estados meridionais do Brasil, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul», e foi «levado a supor, pelo simples confronto de particularidades linguísticas, que teria havido influência daquela sobre estas» (x).

As informações de que então dispunha sobre a emigração

O Cfr. *Brasileirismos (Problemas de método)*, in *Brasilia*, vol. ni, Coimbra, 1946, pp. 68-74. A separata é de 1943.